



## Ufam teria recebido R\$ 1 bilhão a menos caso PEC estivesse em vigor desde 2006

Estudo produzido pelo Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida no Amazonas, a pedido da ADUA, mostra que se o congelamento dos gastos primários, entre eles os recursos destinados à Educação, Saúde e Assistência Social, tivesse sido aprovado há uma década, a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) teria quase R\$ 1 bilhão em perda de recursos. O corte impactaria muito o pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, considerado o tripé das Instituições de Ensino Superior (IES). **Páginas 8, 9 e 10**

**36º CONGRESSO**  
**ADUA terá oito**  
**representantes em**  
**evento que define**  
**o eixo de luta da**  
**categoria em 2017**

Página 3

**DECISÃO**  
**Docentes da Ufam**  
**dizem não à greve**  
**e intensificam**  
**mobilização**

Página 3

**OPINIÃO**  
**Articulistas**  
**apontam os prós e**  
**contras da PEC 55**

Páginas 12 e 13

### MOBILIZAÇÃO

## Jornada de Lutas leva 2,5 mil pessoas às ruas em Manaus

Foto: Daniel Amorim

Os atos tiveram o objetivo de protestar contra a PEC 55/2016 (antiga PEC 241), assim como contra o Projeto de Lei (PLS 193/2016), mais conhecido como Lei da Mordaza, e a contrarreforma do Ensino médio, expressa na Medida Provisória (MP) 746/2016. Outras medidas do “pacote de maldades” do governo que retiram direitos dos trabalhadores e estudantes também integraram a pauta dos manifestantes. **Páginas 4 e 5**



### ENTREVISTA

**“A crise está aí sim,**  
**mas ela é um cenário**  
**montado e criado”,**  
**afirma Fattorelli**

Páginas 6 e 7

Foto: Divulgação



“**P**EC 55 provocará retrocesso social”, diz Philip Alston, consultor da ONU para pobreza extrema. “Não à PEC 55”, dizem 345.206 internautas (93,6% do total) na página do Senado Federal, além de centenas de milhares de manifestantes em atos públicos Brasil a fora. “A PEC 55 é a arma de Renan para se salvar no STF”, diz o jornalista Renan Truffi, na página “Carta Capital”, na internet. “Michelzinho começa a trabalhar para poder se aposentar aos 55 anos”, ironiza o humorístico “Sensacionalista”.

Na história, o ano de 1955 marca o início da Guerra do Vietnã e, também, a morte de Albert Einstein. 55 não é a designação

da Besta, mas, coincidência ou não, é o número do Partido Social Democrático, o PSD, do deputado federal Átila Lins e do senador Omar Aziz, parlamentares amazonenses que a exemplo dos demais colegas, com exceção de Hissa Abrahão, votaram contra o serviço público e favoravelmente à referida PEC. Quem sabe, para fugir à maldição do 55, tenhamos que recorrer, por exemplo, à uma passagem das escrituras cristãs, mais precisamente, ao Salmo 55, que diz, em certo trecho: “Inclina, ó Deus, os teus ouvidos à minha oração, e não te escondas da minha súplica. Atende-me, e ouve-me; lamento na minha queixa, e faço ruído, pelo clamor do inimigo

e por causa da opressão do ímpio; pois lançam sobre mim a iniquidade, e com furor me odeiam”.

Aliás, este último trecho nos lembra a batalha campal travada na capital federal, em que bombas de gás e balas de borracha agrediram, covardemente, manifestantes em ato pacífico e onde nosso companheiro Luiz Fernando Souza teve arrancados seus olhos.

Apesar disso, não é nosso companheiro sem olhos quem não enxerga. É o conivente STF, o ganancioso empresariado paulista e seus representantes engravatados que fecharam os olhos ao clamor das ruas.

Ruim para nós, pior para eles. Vamos à luta!

## Notas

### TCU cobra R\$ 17,2 milhões de dirigentes da Unisol

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou à Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM) que cite quatro ex-diretores da Fundação de Apoio Rio Solimões (Unisol), que mantem convênios com a fundação Universidade do Amazonas (Fuam), para que apresentem defesa ou recolham aos cofres da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) R\$ 17,2 milhões, atualizados monetariamente. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), do último dia 14 de novembro. Almir Liberato da Silva, diretor executivo de 13/07/2009 a 24/06/2014; Luiz Irapuan Pinheiro, diretor executivo de 12/07/2001 a 12/07/2009; e Miguel Ângelo da Silva, diretor executivo de 25/06/2014 a 22/07/2015 são os ex-dirigentes citados.

### ADUA debate carga horária docente

A minuta de resolução sobre carga horária docente, ponto da próxima reunião do Conselho de Administração (Consad) da Ufam, foi tema de um debate, no dia 2 de dezembro, na ADUA. No encontro mediado pelos professores Sérgio Gianizella (ICB) e Auxiliomar Ugarite (ICHL), os presentes sugeriram alterações e inclusões de critérios relativos à dedicação em tempo integral e atividades de extensão. Um ponto polêmico foi o número máximo de horas semanais que os professores devem cumprir: 20

horas. A minuta ainda não foi apreciada pela comunidade acadêmica e será abordada na próxima edição do Jornal da ADUA.

### Senado aprova PEC 55

Apesar das manifestações contrárias em todo o país, o plenário do Senado aprovou, no dia 13 de dezembro deste ano, por 53 votos a favor e 16 contrários, a Proposta de Emenda à Constituição 55 (PEC 55), que congela os investimentos em áreas como Saúde e Educação pelos próximos 20 anos. A PEC 55, que tramitou na Câmara dos Deputados com o nome de PEC 241, foi enviada ao Congresso pelo presidente Michel Temer no primeiro semestre. A proposta já havia sido aprovada em 1º turno, no dia 29 de novembro, com apoio de 61 parlamentares. Dos três senadores do Amazonas, apenas um votou contra a medida, nos dois turnos. Nos dois dias da votação, milhares de pes-

soas participaram de marchas pelo país para lutar contra a PEC 55. Leia na página 11 matéria sobre o ato do dia 29 de novembro.

### Comitês do CNPq reagem ao corte de bolsas

Os Comitês Assessores (CAs) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) divulgaram, no final de outubro, uma nota na qual afirmam que foram surpreendidos com a notícia de que a entidade pode realizar cortes de 20 a 30% no total de bolsas de Produtividade em Pesquisa. O conselho, que em 2015 recebera R\$ 2,4 bilhões do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), teve um corte de R\$ 1 bilhão nesse ano, recebendo apenas R\$ 1,4 bilhão. Em agosto de 2016, o CNPq já havia reduzido em 20% o número de bolsas de iniciação científica.

## charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

**Diretoria:** Guilhermina Terra (Presidente), Aldair Oliveira de Andrade (1º Vice-presidente), Welton Oda (2º Vice-presidente), Kátia Vallina (1ª Secretária), Laura Miranda (2ª Secretária), Maria Rosária do Carmo (1ª Tesoureira) e José Humberto Michiles (2º Tesoureiro).

**Jornalista Responsável:** Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

**Reportagem:** Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491), Daniel Amorim (SRTE-AM 584)

**Diretor Responsável:** Welton Yudi Oda

**Projeto Gráfico e Arte:** Herivaldo da Matta (Kuca)

**Fotografias:** Anderson Vasconcelos, Annyelle Bezerra, Daniel Amorim e divulgação

**Impressão:** Gráfica Amazonas. 2000 exemplares.

**Fone/Fax:** (92) 3088-7009

**e-mail:** aduass@uol.com.br, imprensa.adua@gmail.com

**Endereço:** Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.  
Site: [www.adua.org.br](http://www.adua.org.br)

**DELIBERAÇÃO****Docentes decidem: greve não, mobilização sim!**

Foto: Daniel Amorim

**O**s professores da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) decidiram rejeitar, por 115 a 102 votos e 7 abstenções, a deflagração da greve na instituição. A decisão da categoria foi tomada no dia 24 de novembro, durante Assembleia Geral, e teve como base rodada de Assembleia Geral realizada na capital - bastante concorrida - e nos campi de Benjamin Constant, Humaitá e Parintins.

Até o início da assembleia em Manaus, a votação permanecia empatada nas unidades fora da sede: 37 votos favoráveis e 37 votos contrários à greve. Em Benjamin Constant, dez docentes se declararam a favor da paralisação, nove contrários e um se absteve. Em Humaitá, a deliberação resultou em 16 votos a favor do movimento paredista, oito contrários e duas abstenções. Já em Parintins, o número de votantes contrários à paralisação superou o de favoráveis: 20 a 11, além de duas abstenções.

O resultado da instância deliberativa da categoria na capital foi decisivo para o posicionamento contrário à deflagração de greve. Após duas horas e meia de debates, com manifestações de posicionamentos favoráveis e contra o movimento paredista, a AG da capital encerrou com 65 votos pela paralisação e 78 contrários.

Apesar da decisão de não deflagrar greve da categoria na Ufam, todas as avaliações feitas pelos professores que se inscreveram durante a avaliação de conjuntura convergiram para a necessidade de continuar a mobilização e a luta contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016 - que limita por 20 anos os gastos primários - e a Medida Provisória (MP) 746/2016 - que trata da reforma do Ensino Médio -, motivos



**Apesar da decisão, todas as avaliações feitas durante a AG convergiram para a continuidade da luta**

que levaram a categoria a deflagrar o movimento paredista em âmbito nacional, cujo Comando de Greve foi instalado também no dia 24 de novembro, em Brasília.

Com base neste cenário, os docentes de Manaus decidiram intensificar a mobilização, unindo-se aos estudantes e outras categorias do serviço público, com uma série de atividades de paralisação. E aprovaram ainda a ampliação do Comando Local de Mobilização (CLM), com a inserção de novos integrantes.

Para a presidente da ADUA, professora Guilhermina Terra, a escolha dos docentes pela intensifi-

cação da mobilização reflete a preocupação da categoria com os desmandos do atual governo, como a PEC 55, que prevê o congelamento de recursos para a Educação, Saúde e Assistência Social.

“A nossa categoria já havia deliberado, no dia 27 de outubro, pela adesão à greve geral dos trabalhadores brasileiros, convocados pelas centrais sindicais, com suspensão das atividades durante dois dias em novembro. Agora, consultamos a nossa base sobre esse resultado nacional, em que a maioria das seções sindicais decidiu pela deflagração da greve docente”, afirmou Terra.

**EIXO DE LUTA 2017****ADUA define delegação para o 36º Congresso do ANDES-SN**

No mesmo dia em que os professores deliberaram, em Manaus e nos demais *campi*, sobre a deflagração da greve, os docentes também elegeram a delegação que vai representar a categoria no 36º Congresso do ANDES-SN, previsto para ocorrer de 23 a 28 de janeiro em Cuiabá (MT). A seção sindical será representada por oito professores.

Durante a AG, os participantes referendaram os nomes indicados pelas unidades de fora da sede que deverão participar do evento: Josenilo Santos de Souza (Benjamin Constant),

Douglas Ferreira (Humaitá) e Elizandra Garcia (Parintins). O professor Aldair de Oliveira Andrade (ICSEZ), 1º vice-presidente da ADUA, foi o escolhido pela diretoria da seção sindical.

A presidente da ADUA, professora Guilhermina Terra, e os professores Tomzé Costa, Luiz Fernando Souza Santos e José Alcimar de Oliveira, todos do ICHL, também foram eleitos para representar a seção sindical durante o encontro.

Em 2017, o tema central do Congresso do ANDES-SN será “Em defesa da educação

pública e contra a agenda regressiva de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras”.

Instância máxima de deliberação da categoria, a organização do Congresso terá apoio da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (Adufmat - Seção Sindical do ANDES-SN). A escolha da cidade de Cuiabá para sediar o Congresso do Sindicato Nacional de 2017 ocorreu durante o 35º Congresso do ANDES-SN realizado em Curitiba (PR) no início de 2016.

## JORNADA DE LUTAS



Aproximadamente duas mil pessoas foram às ruas, no dia 11, para protestar contra o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 55 (antiga PEC 241)

## Grande adesão de estudantes e trabalhadores

Em Manaus, o mês de novembro foi marcado pela grande ofensiva de trabalhadores e estudantes contra medidas como a PEC 55 e a Medida Provisória (MP) 746/2016. Nas mobilizações convocadas pelo ANDES naquele mês, diversas categorias mostraram o poder da união dos trabalhadores em defesa de seus direitos.

As Praças Heliodoro Balbi e do Congresso, no centro de Manaus, foram palcos de um “arrastão” da mobilização do dia 11, data estabelecida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) como o Dia Nacional de Luta e Paralisação. Uma multidão, formada por aproximadamente duas mil pessoas, foi às ruas protestar contra o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 55 (antiga PEC 241), que pretende limitar por 20 anos os investimentos em Educação, Saúde e Assistência Social.

Juntos com representantes de entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais, eles fizeram “coro” contra o Projeto de Lei (PLS 193/2016), mais conhecido como Lei da Mordaça, e a contrarreforma do Ensino Médio, expressa na Medida Provisória (MP) 746/2016, além de outras medidas do “pacote de maldade” do governo que tiram direitos dos trabalhadores e estudantes brasileiros.

Empunhando cartazes, entoando gritos de ordem e embalados ao som do grupo Maracatu Pedra Encantada, integrado por alunos da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), os docentes, estudantes, técnico-administrativos em Educação (TAE) e demais manifestantes alertaram, a quem transitava

pelo local, sobre os impactos das medidas orquestradas no governo de Michel Temer e nos governos estadual e municipal, no que se refere à Educação e aos demais setores.

De acordo com o 2º vice-presidente da ADUA, Welton Oda, a manifestação integrou o processo de construção da Greve Geral articulado pelo ANDES em parceria com outras categorias e movimentos sociais. “O dia 11 foi um termômetro. Ainda temos alguns setores que não estão conosco, mas certamente vão entrar e a perspectiva é termos uma ampliação desse movimento”, frisou.

Professor do Departamento de Filosofia da Ufam, José Belizario Neto chamou a atenção para a grande falácia defendida hoje pelo governo federal: a suposta necessidade de enxugamento da máquina pública enquanto, por outro lado, mantém juros e amortizações da Dívida Pública. “Para se ter uma ideia, o último repasse do Produto Interno Bruto (PIB) para a Educação foi de 3%, enquanto que para os juros e amortização da dívida foram destinados quase 50% do orçamento da União. O sistema da Dívida Pública é nada mais que um sistema de corrupção”, criticou.

Coordenadora-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam), cujos trabalhadores estão em greve desde o dia 31 de outubro, Crizolda Araújo destacou que os TAEs têm a PEC 55 inclusa nas pautas do movimento grevista, que já se estende a 44 universidades brasileiras (dados referente ao mês de dezembro). “Nossa pauta é a PEC também porque ela trará o congelamento de salários na Educação, na Saúde e na Segurança,

“

O dia 11 foi um termômetro. Ainda temos alguns setores que não estão conosco, mas certamente vão entrar e a perspectiva é termos uma ampliação desse movimento.

Welton Oda

”

além de impedir a realização de novos concursos públicos”, afirmou.

Iniciada na Praça Heliodoro Balbi, mais conhecida como Praça da Polícia, a mobilização do Dia Nacional de Luta e Paralisação prosseguiu em passeata pela Sete de Setembro e encerrou na Praça do Congresso, após caminhada pela avenida Eduardo Ribeiro. Na Praça do Congresso, os participantes foram convocados a fortalecer a ocupação nas universidades públicas na cidade, como já ocorre no resto do país (185 universidades ocupadas).

### Descontentamento

Mais de 500 representantes de entidades sindicais, estudantis, movimentos sociais e sociedade civil organizada participaram, no dia 25 de novembro, do ato público “Ocupa Manaus contra a PEC 55” promovido pela Frente de Lutas “Fora Temer”. A manifestação contra a PEC 55 começou no Boulevard Álvaro

Fotos: Daniel Amorim



No dia 25 de novembro foi a vez do “Ocupa Manaus contra a PEC 55” promovido pela Frente de Lutas “Fora Temer” ir às ruas

## As marcas mobilizações em novembro

ro Maia e seguiu em caminhada até o Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV), onde ocorria a inauguração da primeira etapa do hospital, privatizado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) em 2013.

Com palavras de ordem, cartazes e música, os manifestantes e entidades ocuparam de forma pacífica a fachada do HUGV para que o representante do governo federal e Secretário de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação Rossieli Soares pudesse ver o descontentamento do povo amazonense com as medidas orquestradas pelo governo Temer e que retiram direitos da população, principalmente da Saúde e da Educação.

Composta por 26 entidades, a Frente de Lutas “Fora Temer”, que pela segunda vez se manifestou contra a PEC 55, a Medida Provisória (MP) 746/2016 – que trata da reforma do Ensino Médio –, e o Projeto de Lei (PLS) 193/2016, elencou ao longo de todas as falas os riscos que os trabalhadores brasileiros e estudantes correm caso essas medidas sejam aprovadas.

Para a presidente da ADUA, professora Guilhermina Terra, a participação da entidade neste Dia Nacional de Lutas, Greves, Paralisações e Protestos reforça o entendimento de que a classe trabalhadora precisa se unir para dizer não a todas as manobras que os governos, federal, estadual e municipal estão tentando “jogar” para prejudicar a população brasileira.

“Por isso, o objetivo do ato foi protestar contra a PEC 55. A afirmação de que com a aprovação da PEC 55 o Brasil será um país financeiramente estável não é verdadeira. Na realidade

será o processo inverso”, afirmou Terra.

Apesar do protesto contar com a presença de docentes, técnico-administrativos e estudantes da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), a entrada dos manifestantes na solenidade não foi liberada pela reitora, professora Márcia Perales. Ironicamente, em entrevista concedida à reportagem da ADUA no final da cerimônia, Perales manifestou preocupação com a possível aprovação da “PEC da maldade” no Senado.

Questionada sobre como a instituição encara o protesto, ela afirmou: “Num espaço democrático isso é possível. A gente lamenta porque nós poderíamos estar juntos, inaugurando um espaço que todos vão utilizar”.

Sobre a “PEC da Maldade”, Perales foi incisiva. “Eu vejo a PEC 55 com muita preocupação. Nós apresentamos ao Conselho de Ensino e Pesquisa uma nota aprovada e divulgada em que manifestamos a nossa preocupação de que isso pode ter consequências imprevisíveis, porque a Saúde e a Educação estão num processo em que necessitam de investimento permanente e crescente. Nós solicitamos que o ministro, junto com sua equipe e o presidente, pudessem reavaliar esse processo e discutir um pouco melhor”, ressaltou Perales.

Mesmo diante do caráter pacífico do ato, o forte aparato da Polícia Militar que acompanhou a mobilização desde o início chamou a atenção dos manifestantes, por vezes hostilizados pelos policiais. O ápice da truculência policial, porém, ocorreu quando uma convidada do evento foi impedida pelos militares de acessar o prédio.

Em outro momento, uma estudante chegou a ter um corte no supercílio durante uma ação policial e precisou ser atendida no ambulatório Araújo Lima, ao lado do HUGV.

### Abaixo-assinado

No final de novembro, a ADUA lançou, na plataforma Change.org, um abaixo-assinado para pressionar os senadores do Amazonas a votarem contra a PEC 55. A iniciativa, já empregada na defesa de direitos dos professores, contou desta vez com de mais de 180 assinaturas (número de apoiadores registrado até o fechamento desta edição).

“Assino porque essa PEC é um monstruoso ataque aos poucos direitos sociais garantidos na Constituição brasileira”, afirmou o professor do curso de Ciências Sociais da Ufam, Luiz Fernando de Souza Santos, na seção de comentários do abaixo-assinado. “(...) Precisamos garantir o futuro dos nossos direitos humanos e nossa universidade pública, gratuita e laica para todos”, assinalou a professora Neirilane Ferreira da Silva.

“Em defesa dos investimentos na Educação. Um país democrático e desenvolvido se faz com valorização da Educação. É triste constatar que o nosso país procura, como forma de equilibrar as contas, sacrificar futuros investimentos em área que devia ser prioridade para qualquer governo do mundo”, observou Liane Cristine Demosthenes.

Dentre os três parlamentares da bancada amazonense, dois votaram a favor da PEC no dia 29 de novembro e 13 de dezembro: Eduardo Braga (PMDB) e Omar Aziz (PSD).

## Dívida Pública

# “Estamos sofrendo um verdadeiro roubo com essa PEC 241”, afirma coordenadora

**N**esta entrevista concedida ao jornal da ADUA, no dia 21 de outubro, a auditora aposentada da Receita Federal e coordenadora do movimento “Auditoria Cidadã da Dívida” no Brasil, Ana Lúcia Fattorelli, discorre sobre o real interesse do governo na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55. O agravamento da crise no país em decorrência da política monetária equivocada do Banco Central e a resistência que o governo e o Congresso Nacional têm em autorizar a auditoria da dívida pública brasileira também estão entre os temas abordados por Fattorelli, que defende a necessidade urgente de mobilizar e pressionar parlamentares e poderes públicos para barrar a aprovação da proposta.

**Em artigo publicado em outubro na página da Auditoria Cidadã da Dívida, você afirma que estamos sendo roubados pela PEC 241. Quem está roubando o brasileiro?**

O Brasil, um dos países mais ricos do mundo, não está vivendo nessa realidade de abundância. Nós estamos vivendo num cenário de escassez. E esse cenário de escassez é sustentado por vários pilares. O principal deles é a chamada Dívida Pública. Outro pilar é o modelo tributário e existem vários outros. Nesse artigo nós dissemos que estamos sendo roubados pela PEC 241. E o que essa PEC vai fazer? Ela vai congelar, colocando no texto constitucional, para valer por 20 anos, um limite em todos os gastos chamados primários: Saúde, Educação, Segurança, Ciência e Tecnologia e todas as áreas do Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público. Todas essas áreas vão ficar sujeitas a um teto e tudo que sobra vai livremente para o pagamento de juros de uma dívida que nunca foi auditada e sobre a qual recai inúmeros indícios de ilegalidade, ilegitimidade e até fraudes. Afinal, se o país voltar a crescer, se passarmos a explorar corretamente as nossas riquezas como o nióbio, que está tendo a maior parte contrabandeada ou vendida a preço ínfimo, ajustarmos o modelo tributário e aumentarmos a nossa receita, não vai adiantar porque esses investimentos sociais, em todas as áreas, estarão congelados por 20 anos, podendo ser corrigidos apenas pelo IPCA e todo o orçamento acima disso vai para banqueiros. É por isso que nós dissemos que estamos sendo roubados. Nós estamos sendo roubados pelo poder financeiro que ocupa o Ministério da Fazenda. Nós temos banqueiro dirigindo o Ministério da Fazenda e o Banco Central do Brasil. São eles que estão usando toda a máquina pública para fazer uma propaganda brutal de que essa PEC tem que ser aprovada. Ora, quem é contra controlar gastos? É claro que nós precisamos controlar os gastos, mas a PEC não trata disso. A PEC trata de colocar um teto nos gastos primários e deixar livre todos os recursos para o pagamento de juros dessa dívida, que, se fosse auditada, sobraria muito pouco.

**Você acredita que o Brasil está mesmo passando por uma crise, como dizem o governo e a mídia?**

“

Casa entidade da sociedade civil deve mobilizar o seu pessoal, levar a informação que a grande mídia esconde e mascara porque também é financiada pelo poder econômico.

”

A crise está aí sim, mas ela é um cenário montado e criado. O que provocou essa crise? Principalmente a política monetária exercida pelo Banco Central. Há anos o Banco Central vem produzindo prejuízos. Em 2009, por exemplo, quando o dólar estava despencando e o Brasil aceitou que centenas de bilhões de dólares entrassem no país, no final da década passada, foi gerado um prejuízo porque nós aceitamos dólares que estavam caindo, colocamos eles em títulos da dívida americana que paga 0,25 de juros e entregamos para esses investidores internacionais especuladores títulos da dívida brasileira que pagam o maior juro do mundo, dando um enorme prejuízo para o Brasil. O Banco Central contabilizou, só em 2009, R\$ 147,7 bilhões de prejuízo. Em 2010, foram mais R\$ 48,5 bilhões de prejuízo. E esses prejuízos viraram dívida pública.

Somando aqueles títulos emitidos para trocar pelos dólares especulativos, dá cerca de um trilhão, mais esses bilhões de reais de prejuízo e os juros em cima disso. Quase a metade dessa dívida interna que está aí justificando toda essa crise e todas essas medidas decorre dessa política do Banco Central. Outro trilhão da nossa dívida decorre de emissão de títulos pelo Banco Central para remunerar sobra de caixa dos bancos nas operações chamadas compromissadas. Sobram recursos nos caixas dos bancos, porque eles querem juros tão abusivos que as empresas e as pessoas não buscam esses recursos. Então, o que o Banco Central

# O ataque terrorista para aprovar a Auditoria Cidadã da Dívida

faz? Aceita esse um trilhão que está sobrando no caixa dos bancos, troca por títulos da dívida e remunera diariamente. Esses são apenas dois exemplos de política monetária exercida pelo Banco Central que gera dívida pública, faz crescer as nossas obrigações financeiras e que estão servindo de justificativa para a violência que é essa PEC 55. É uma violência querer colocar no texto constitucional uma amarra por 20 anos que vai impedir os investimentos que podem resgatar as flagrantes e impressionantes desigualdades sociais que ainda existem no país mais rico deste planeta.

**Por que o governo e o Congresso Nacional se negam a autorizar a auditoria da dívida pública?**

Creio que porque grande parte dos parlamentares ainda é financiada pelo grande poder econômico, pelos grandes bancos e pelas grandes empresas. Então, não adianta você chegar lá e convencer com argumentos de que isso vai ser ruim para o Brasil. Eles vão votar de acordo com o poder econômico que financiou a campanha deles. Por isso é tão importante discutirmos a Reforma Política. Qual é a legitimidade de um parlamentar que chega lá financiado pelo poder econômico, depois defender causas sociais contra o poder econômico que o elegeu? É complicadíssimo isso. Nós precisamos aumentar a participação da sociedade civil. As entidades da sociedade civil precisam assumir a sua responsabilidade de mobilizar. Cada entidade da sociedade civil deve mobilizar o seu pessoal, levar a informação que a grande mídia

esconde e mascara porque também é financiada pelo poder econômico. Nós que pagamos a conta, que estamos assistindo essas irregularidades, essa desigualdade no país, precisamos nos mobilizar urgentemente porque ontem essa PEC 241 já foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, com muita facilidade. Foram 366 votos regados a jantar e cargos e a nossa constituição fica amarrada por 20 anos. E não vai adiantar entrar com ações. Nós temos que nos mobilizar agora pressionando os parlamentares e os poderes públicos. Nós estamos sofrendo um verdadeiro ataque terrorista para aprovar essa PEC 241. Isso não pode passar.

**A quem interessa destinar quase metade do orçamento para o pagamento da dívida?**

Quase a metade do orçamento anualmente é destinada ao pagamento de juros e amortizações dessa chamada dívida que nunca foi auditada. Quem mais ganha com isso são os bancos. Nós já identificamos que as principais operações que geraram essa dívida são as decorrentes da política monetária do Banco Central que beneficiam principalmente os bancos. Uma auditoria vai segregar aqueles investidores, inclusive pessoas físicas, que efetivamente destinaram a sua poupança lá para o Tesouro Direto e para outras implicações financeiras. Isso aí é a parte ínfima da dívida que é legítima. A maior parte é ilegal, ilegítima e decorre desses procedimentos de política monetária que retira recursos públicos e transfere para o setor financeiro privado nacional e internacional. É por isso que nós lutamos tanto por uma auditoria dessa dívida que vai documentar e provar tudo isso, além de rever a destinação dos recursos do orçamento para o atendimento das necessidades sociais.

**Entrevistada:** Maria Lucia Fattorelli

**Formação:** Coordenadora do movimento Auditoria Cidadã da Dívida, auditora aposentada da Receita Federal e especialista em Administração Tributária.

# 2010

*foram mais R\$ 48,5 bilhões de prejuízo. E esses prejuízos viraram dívida pública.*



## PERDAS NO ORÇAMENTO

# Ufam teria perda de quase R\$ 1 bilhão no orçamento se a PEC fosse aprovada em 2006

**S**e a famigerada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55 – que tramitou na Câmara dos Deputados como PEC 241 – tivesse sido aprovada em 2006, a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) teria quase R\$ 1 bilhão em perda de recursos nos últimos dez anos, valor que impactaria sobremaneira o pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, considerado o tripé das Instituições de Ensino Superior (IES).

O resultado do impacto financeiro para uma das maiores universidades do Norte do país e uma das mais antigas do Brasil consta em um estudo feito pelo Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida no Amazonas com exclusividade para o Jornal da ADUA. “A Ufam pararia. Ensino, pesquisa e extensão seriam prejudicados. Haveria problemas de infraestrutura e a instituição teria de escolher o que pagar: energia elétrica, material de expediente, trabalhadores terceirizados? Qual seria a escolha do gestor?”, questiona o professor da Ufam e especialista em Contabilidade Tributária, Jorge Barros, um dos integrantes do Núcleo no Amazonas.

Em 2015, o orçamento executado pela Ufam foi de R\$ 545,8 milhões. Pela regra da PEC, que impõe o teto das despesas, esse montante deveria ter sido R\$ 347,2 milhões, valor que não daria sequer para pagar a folha de pessoal e encargos sociais, grupo de despesa que consumiu R\$ 387 milhões somente ano passado, praticamente 2/3 dos recursos do orçamento da instituição. O que teria feito a Ufam para continuar funcionando?

Não é necessário pensar em respostas para essa questão ou ainda para outros questionamentos que poderiam ser formulados caso a PEC 55 tivesse sido aprovada uma década atrás. O fato é que o prejuízo seria imenso. A diferença de mais de R\$ 200 milhões, destacada pelo estudo, durante o último exercício

financeiro, compreendida entre o orçamento efetivamente executado e o montante imposto pelo teto deixaria de fora também outros dois grupos de despesas: custeio (que mantém a universidade funcionando) e capital (recursos destinados às obras e melhoria da infraestrutura da instituição). Juntos, esses dois grupos consumiram efetivamente em 2015 pouco mais de R\$ 150 milhões, o que evitou que aulas tivessem ocorridos na rua e somente durante a luz do dia.

Por conta do ajuste fiscal imposto pelo governo, a universidade já teve de rever seu planejamento e redefinir sua escala de prioridades este ano. Em função disso, não custa lembrar, foi preciso suspender alguns programas, a exemplo do que incentiva o servidor a participar de congressos pelo país (Pró-Congresso); de incentivo à produção científica (Nheengatu; Tucandeira; e Caxiri) e o Programa de Apoio à Participação de Discentes de Graduação em Eventos Científicos, Tecnológicos e Culturais (Pectec). Despesas com passagens e diárias também foram reduzidas; e missões internacionais adiadas.

## Estudo

O estudo desenvolvido pelo Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida no Amazonas toma como base o orçamento da Ufam executado em 2006, o qual ficou na faixa de R\$ 202 milhões, e projeta sobre ele os orçamentos dos dez anos seguintes, atualizando o montante que deveria ter sido disponível para despesas a serem executadas nesse período (confira no gráfico). Para o cálculo, considera, como “reza” a PEC 55, a inflação da série histórica na última década, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da aferição do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

De 2006 a 2015, a Ufam executou aproximadamente R\$ 3,5 bilhões em recursos nes-



Em 2015, o orçamento executado pela Ufam foi de R\$ 545,8 milhões. Pela regra da PEC, que impõe o teto das despesas, esse montante deveria ter sido R\$ 347,2 milhões, valor que não daria sequer para pagar a folha de pessoal e encargos sociais, grupo de despesa que consumiu R\$ 387 milhões somente ano passado, praticamente 2/3 dos recursos do orçamento da instituição.

se período. Pela lógica da PEC 55, deveria ter executado R\$ 2,6 bilhões. “No primeiro ano da série, em 2006, não haveria perdas, mas já em 2007 a Universidade teria sido impedida de realizar gastos em custeio e investimentos no valor de R\$ 28,8 milhões. Essa diferença crescerá nos anos seguintes, chegando a R\$ 141,6 milhões, em 2013, e a R\$ 201 milhões, em 2015”, diz trecho do estudo.

## Análises

Questionado sobre o impacto que essa perda geraria para a universidade caso a PEC 55 tivesse sido aprovada dez anos atrás, o 1º secretário do ANDES-SN, professor Jacob Paiva, foi enfático: uma tragédia! “Em todos os sentidos, pois significaria a impossibilidade de realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão”, afirmou. “Isso também tem a ver com a quantidade de professores e técnicos que nesse período entraram para tentar minimamente repor as vagas criadas em virtude de morte, exoneração e aposentadoria”, comple-

Foto: Anderson Vasconcelos



R\$ 545,8 milhões. Pela regra da PEC, esse montante deveria ter sido R\$ 347,2 milhões, valor que cobre encargos sociais, despesa que consumiu R\$ 387 milhões somente ano passado



Temos que ficar atentos a esse conjunto de iniciativas correndo paralelas à diminuição dos recursos para os serviços públicos. Essa PEC vai gerar muita dificuldade de funcionamento para as universidades.

Jacob Paiva

do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído por decreto em abril de 2007, a universidade passou ter os *campi* de Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins.

O dirigente do Sindicato Nacional também faz um alerta à categoria, ao acrescentar que há várias propostas, “peças de um mesmo quebra-cabeça”, a serem enfrentadas. “Temos que ficar atentos a esse conjunto de iniciativas correndo paralelas à diminuição dos recursos para os serviços públicos. Essa PEC vai gerar muita dificuldade de funcionamento para as universidades”, afirmou. O docente lembrou ainda outras propostas em andamento que atentam contra as IES, como a PEC 395/14, que autoriza a universidade pública a cobrar por curso *lato sensu*, e o PLS 782/15, que prevê a cobrança de anuidade a estudantes de universidades públicas com renda familiar superior a 30 salários mínimos (R\$ 26,4 mil).

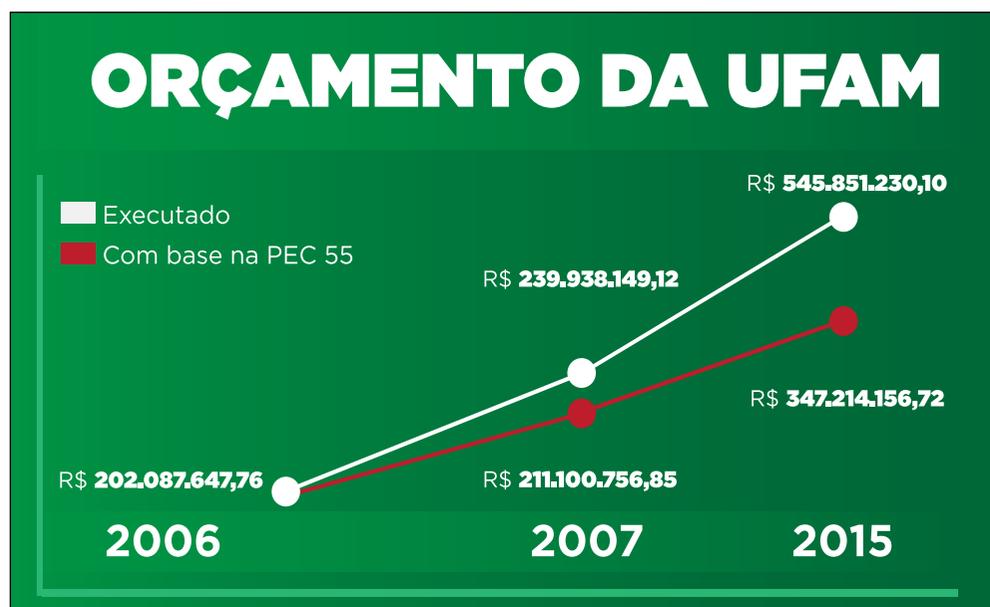
Para a presidente da ADUA, professora Guilhermina Terra, a classe trabalhadora e os estudantes devem reforçar a unidade de luta como alternativa para enfrentar os ataques orquestrados pelo governo. “Se a PEC for aprovada, a cada ano que passa o investimento será menor fazendo com que Brasil seja um país cujos serviços serão cada vez mais precarizados”, afirmou Terra.

A reitora da Ufam, professora Márcia Perales, também demonstrou preocupação em relação à possível aprovação da PEC 55. “Não há o dado de quanto deve ser o impacto dessa PEC na Ufam, mas só o fato de se ter num ano o orçamento do exercício anterior com o acréscimo apenas da inflação, para nós pode significar ausência de investimento, e a educação é um espaço que tem uma imensa demanda reprimida”, ressaltou Perales, durante inauguração de etapa do Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV), no fim de novembro.

tou.

Paiva destacou ainda que a falta desse recurso impactaria decisivamente no projeto

de expansão das universidades e talvez hoje a Ufam não tivesse as unidades acadêmicas que possui atualmente fora da sede. Por meio



Infográfico: Adão Torres



# Impactos negativos no orçamento de outras universidades

Estudos de outras instituições federais de ensino superior revelam, como na Ufam, o impacto negativo caso a PEC 55/16 tivesse sido aprovada anos atrás. De norte a sul do país, a preocupação dos gestores das universidades e daqueles que as mantêm funcionando é a mesma: como fazer ensino, pesquisa e extensão com recursos mais limitados?

Análise da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) apresentada ao Conselho Universitário aponta que caso a proposta estivesse em vigor entre 2006 e 2015, o orçamento da UFRGS teria sido reduzido para menos da metade, o que “mal cobriria os gastos com vigilância, energia elétrica, água e telefonia, manutenção predial, motoristas e limpeza” até 2012 e, a partir de 2013, “não cobriria nem esses gastos”. Em 2015, o orçamento da universidade foi de R\$ 184.573.240,00. Pela regra da PEC 55, o orçamento seria de R\$ 75.299.511,00, uma diferença de mais de R\$ 100 milhões.

Na Universidade de Santa Maria (UFSM), também no Rio Grande do Sul, o impacto não seria diferente. Se a PEC 55 fosse vigente desde 2006, a instituição teria recebido R\$ 3 bilhões a menos em um período de 10 anos. Conforme o reitor Paulo Burmann, a manutenção de serviços, a finalização de obras e a compra de equipamentos podem ficar seriamente comprometidas, assim como a consolidação e expansão de novos *campi*. O orçamento anual da UFSM gira em torno de R\$ 1,1 bilhão.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), uma das maiores do país, a preocupação com a PEC 55 é manifestada desde o mês

de agosto. A aprovação da proposta gerará uma situação insustentável na instituição. “A já grave situação que hoje enfrentamos será dramaticamente agravada caso venha a ser aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55, que projeta drásticas reduções de recursos para a educação e a saúde”, diz um trecho da carta assinada pelo reitor, pró-reitores e decanos da instituição.

No Norte do país, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) se posicionou oficialmente, no início de novembro, contra a PEC 55/16. De acordo com o reitor da universidade, Maurílio de Abreu Monteiro, não há possibilidade de ajustar o orçamento. “Nossas despesas vão aumentar. Se a verba for cortada, não conseguiremos chegar a 2018 com o mínimo necessário. A gente precisa continuar crescendo. Estamos tentando

sensibilizar os parlamentares sobre as limitações gravíssimas da PEC na Educação, especialmente contra as novas universidades”, disse o reitor.

Já em Goiás, o Conselho Universitário da Universidade Federal (UFG) fez um trabalho mais amplo e divulgou as simulações realizadas no orçamento de todas as universidades públicas do país caso a proposta já estivesse em vigor no período de 1999 a 2015. Os dados mostraram que a diminuição dos recursos destinados ao conjunto das universidades federais, em janeiro de 2016, alcançaria o valor de R\$ 196,8 bilhões. “O que está em pauta é o futuro da nação, que depende fundamentalmente da educação pública e gratuita que conseguirmos oferecer aos nossos estudantes”, diz trecho da nota divulgada pela instituição.

Foto: Divulgação



**TRUCULÊNCIA**

# Gigantesca marcha contra PEC 55 é duramente reprimida em Brasília

Foto: Divulgação/CNG

**M**ais de 30 mil pessoas participaram, no dia 29 de novembro, da marcha Ocupa Brasília, para lutar contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016. A resposta de Michel Temer e da Polícia Militar do Distrito Federal à manifestação foi uma enorme repressão, com centenas de bombas e balas de borracha, que feriram dezenas de jovens e idosos.

A concentração da manifestação começou às 14h, em frente ao Ministério da Educação (MEC). Maria Lúcia Fatorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, deu uma aula pública sobre os perigos decorrentes da aprovação da PEC, explicitando como o projeto serve para retirar direitos da população mais pobre, enquanto garante lucros maiores aos grandes empresários e banqueiros.

Às 16h, os manifestantes se dirigiram ao Museu Nacional, onde já se concentravam milhares de pessoas. Nem a chuva que caiu afastou da manifestação os milhares de docentes, estudantes e demais categorias de trabalhadores que chegaram a Brasília de todos os cantos do país, muitas vezes enfrentando dias de ônibus para poder protestar contra a PEC 55.

Adolfo Oliveira Neto, docente da Universidade Federal do Pará (Ufpa) que compõe o CNG, afirma que a motivação da manifestação é a intransigência do governo federal em relação à política de ajuste fiscal. “Viemos pra rua, para a frente do Congresso Nacional, para mostrar que o Brasil está mobilizado contra essa PEC. A PEC vai destruir a universidade pública. Com ela, não consolidaremos cursos novos, não teremos dinheiro para pesquisa e extensão, vai acabar a assistência. Ela vai desmontar a universidade, e precisamos nos manifestar”, disse o docente, que ressaltou a presença de manifestantes de todos os estados do país, citando todas as dificuldades que muitos deles enfrentaram para chegar a Brasília.

A manifestação saiu com tranquilidade do Museu, e percorreu toda a Esplanada dos Ministérios até o Congresso Nacional, onde os senadores apreciavam a proposta em primeiro turno. Considerando o número expressivo de participantes, a marcha foi um dos maiores atos realizados na capital federal em unidade entre trabalhadores e estudantes, desde a aprovação da Reforma da Previdência, em 2003.

A PM do DF, em conjunto com a Polícia Legislativa, não demorou meia hora para iniciar a



**Dezenas de idosos e jovens ficaram feridos pela ação policial. Algumas pessoas foram detidas**

repressão. Os policiais jogaram gás de pimenta nas pessoas e começaram a lançar bombas do alto, em todas as direções da manifestação, o que provocou correria. Várias pessoas caíram e foram atingidas pelas bombas e estilhaços.

Mesmo com o recuo dos manifestantes, a repressão aumentou. A polícia avançava contra as pessoas com a Tropa de Choque e a Cavalaria e seguia atirando bombas para todos os lados. Nem o carro de som, onde estava a coordenação do ato e jornalistas, passou ileso do ataque policial, sendo impedido de seguir independente da repressão que ocorria a metros dali.

Os manifestantes, uma hora depois, se reagruparam próximo ao Museu Nacional, mas a repressão seguiu. A PM demonstrava clara intenção de levar a marcha o mais longe possível do Congresso Nacional, sem se importar com os meios para conseguir tal objetivo. A polícia militar, ironicamente, também não demonstrou se importar com a grave crise econômica pela qual passa o Distrito Federal, gastando milhares de reais em equipamentos de repressão.

Dezenas de idosos e jovens ficaram feridos pela ação policial. Algumas pessoas foram detidas. O Comando Nacional de Greve (CNG), a diretoria do ANDES-SN e a Assessoria Jurídica Nacional (AJN) estão tomando todas as medidas necessárias para minimizar os problemas causados pela polícia.

De acordo com Amauri de Medeiros, tesoureiro do ANDES-SN, o ato foi muito importante, com grande protagonismo dos estudantes. “Eles estão dando uma lição de resistência à população brasileira. Estamos sofrendo grandes ataques aos nossos direitos. O governo Temer, junto com o Legislativo, o Judiciário e a mídia, tenta convencer o povo da necessidade de um ajuste que não é necessário ser feito através de ataques aos trabalhadores. A PEC 55 é uma farsa que vai congelar todos os direitos dos trabalhadores, e diminuir o estado brasileiro”, afirmou.

No dia 6 de dezembro, a comissão organizadora da marcha Ocupa Brasília divulgou nota de repúdio à violência da Polícia Militar do Distrito Federal no ato que ocorreu na Esplanada dos Ministérios. “A insatisfação diante da PEC levou milhares de pessoas a Brasília para pacificamente protestar e defender o direito a um futuro digno. Homens, mulheres e crianças protestavam legitimamente na defesa de seus direitos, mas foram duramente reprimidos pela polícia do Distrito Federal, que usando de violência com bombas de gás, bala de borracha e cavalaria, causaram pânico entre os manifestantes. Responsabilizamos a polícia do DF, o gabinete da Presidência da República e o Presidente do Senado Federal pela truculência, pela falta de diálogo, pelos desaparecidos e feridos”, diz a nota, disponibilizada no site do ANDES-SN.

# PEC 55/2016

## A PEC 55 e a liquidação da ideia de Brasil-Nação

Por **Marcelo Seráfico**

**N**a segunda década do século XXI, os brasileiros se veem colocados diante de uma questão que encantou e assombrou vários grupos, camadas e classes sociais ao longo do século XX: as elites nacionais têm algum compromisso com o aprofundamento da revolução burguesa no país? Isto é, interessa-lhes, para a ampliação das liberdades civis e políticas, e a redução da desigualdade econômica, promover reformas?

Da passagem dos governos ditatoriais civil-militares a nossos dias, houve leves inflexões na resposta, nenhuma, contudo, capaz de romper com uma duradoura tradição de “conciliar pelo alto” ou de “mudar para manter”. Em outras palavras, à possibilidade de romper radicalmente com a ordem social escravocrata, com a dominação oligárquica, com a estrutura fundiária concentradora de terras, com a estrutura econômica concentradora de renda e estruturalmente comprometida com os interesses dos mais ricos, sempre se preferiu acordos de cúpula, pactos entre elites, ajustes de interesses ou, na linguagem mais recente, presidencialismo de coalizão.

Assim é que o Brasil ingressa na história do mundo moderno como inesgotável fonte de matérias-primas, num momento; como fornecedor de força de trabalho barata, noutro; como expressivo mercado consumidor, ainda noutro. Em qualquer dos casos, o sentido da organização econômica, política e social do país sempre esteve fora dele, pois a classe dominante sempre se nutriu dessa opção preferencial pelos mais ricos e poderosos.

Daí que o sabor da revolução burguesa para as camadas populares, seja sempre um sabor amargo. Mesmo o mais tímido avanço logo se converte em frustração, dada a excepcional disposição das elites e frações (agrícolas, agrárias, industriais, comerciais e financeiras) da classe dominante em acionar os dispositivos da contrarrevolução ou, com mais frequência, da contrarreforma.

Todos os progressos conquistados pela revolução burguesa noutros cantos do mundo – de que o Estado de Bem-Estar Social é

exemplo notável, soam, no Brasil como ameaça aos interesses das várias camadas e frações da burguesia que tomaram para si o aparelho estatal.

As dificuldades em regulamentar e pôr em prática várias determinações da Constituição de 1988; a contrarreforma do Estado proposta no Projeto de Reconstrução Nacional, de Fernando Collor; a contrarreforma do Estado sistematizada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, de Fernando Henrique Cardoso; os compromissos assumidos por Lula na Carta ao Povo Brasileiro (ou ao mercado estrangeiro?); a total conversão neoliberal da política econômica do governo de Dilma Roussef, logo após campanha eleitoral em que defendeu o Estado como agente anticíclico; todos esses são momentos nos quais a subordinação do Estado brasileiro aos interesses das finanças globalizadas foi reiterado.

É evidente que dizendo dessa maneira abstrai-se de muitas nuances distintivas dos vários governos e momentos históricos recentes. Não obstante, cabe reconhecer que todos esses governos estiveram à frente do Estado precisamente quando se punha em causa a possibilidade de afirmação ou de negação de um projeto nacional, fosse ele qual fosse. As nuances das respostas dadas pelos governantes não foram vividas o suficiente para romper com a tendência que hoje vemos confirmar-se no Brasil: a de liquidação de qualquer possibilidade de vigência de um projeto nacional e a afirmação de um compromisso submisso e achapante das elites nacionais com um projeto de capitalismo transnacional, comandado pelos agentes financeiros e executado por seus burocratas à frente do poder estatal, por experts encastelados nas entidades empresariais, nos *think tanks* acadêmicos e nas consultorias privadas.

O ápice do que Octavio Ianni, no ano 2000, chamou de declínio do Brasil nação é a PEC 55, a emenda constitucional que congela o país para esquentar os bolsos dos agentes financeiros ao longo dos próximos 20 anos!! Proposta e justificada por um notório representante das finanças, Henrique Meirelles; assumida por um Presidente que chegou à Presidência graças a um golpe jurídico-parlamentar e cujo manda-

to parlamentar foi obtido graças à carona nos votos alheios; e aprovada por um Congresso entorpecido pelos privilégios de que desfruta, amedrontado pelo eventual encarceramento e confrontado pela insatisfação popular. A PEC 55 é o maior símbolo de uma outra ruptura, que nada tem a ver com a revolução burguesa. A PEC 55 decreta a ruptura do Estado com a nação brasileira! O Brasil não tem mais um Estado-nação, mas sim um Estado a serviço da transnacionalização do capital!

Irônica ou cinicamente, o partido que mais bem representa o reacionarismo em solo brasileiro, o PMDB, chamou o documento em que adere ao capitalismo transnacional de “Ponte para o Futuro”. Isso não é casual! A classe dominante na cena econômica, política, intelectual e eclesial brasileira com muita frequência identificou e identifica seu futuro num tempo que para a maioria já deveria ter passado. Alguns sonham com a volta ao pesadelo de 1964; outros sentem saudades do liberalismo das oligarquias do café-com-leite; outros, ainda – e não duvidamos, lastimam não terem desfrutado do Brasil escravocrata. Agora esse reacionarismo anda de mãos dadas com a brutalidade do capital financeiro global. Há entre eles algo como uma “química de pele”.

É a eles que os movimentos populares, os partidos e todos os que acreditam na possibilidade de democratização de nossas relações sociais e na fundação de instituições que correspondam a esse anseio devemos dar uma resposta, estejamos onde estivermos, tenhamos a nacionalidade que tivermos, pois não se trata mais de uma resposta nacional.

**Marcelo Seráfico é doutor em Sociologia e professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Ufam.**

# CONTRA X A FAVOR

## Da PEC 241/55 ou “Geni e o Pote de Feijão”

Por Jorge Abraham

**V**amos falar sobre contar feijões. Direito Financeiro, Contabilidade Pública, Finanças Públicas, Gestão Financeira e Orçamentária etc. têm algo em comum: são disciplinas que tratam do mesmo assunto central, a gestão financeira pública e seus inevitáveis efeitos sobre a vida dos comuns. E por comuns entendamos nós. Mas há algo mais em comum. Essas disciplinas nunca são as mais populares nos currículos que integram. Qualquer pesquisa de popularidade resultará numa classificação desfavorável na ordem de preferência dos alunos. Ninguém, ou quase ninguém, as amam.

Arbitremos aqui que essas disciplinas doravante serão chamadas de Geni. Isso mesmo, aquela Geni, imortalizada na obra-prima do nosso vate Chico Buarque. Mas lembrem-se que a música mostrava o valor e a superioridade moral da Geni, certo? Então é o que tentaremos fazer aqui também. Mostrar que, ao fim, a Geni de nossas academias é mais relevante que muitas outras disciplinas porque ao falarmos da gestão da riqueza pública terminamos por falar da vida como ela é, uma busca permanente de realização em meio às mais duras contingências materiais.

Mas o quê que PEC 241/55 tem a ver com a vida e a nossa Geni?

Tudo, como iremos demonstrar.

Há uma agitação no ar, prédios públicos são invadidos/ocupados porque um misterioso ucasse pode se abater sobre todos nós congelando nossas vidas e esperanças pelos próximos 20 anos, ou pelo menos é

nisso que acreditam nossas crianças que com grande empolgação se rebelam contra a PEC 241/55, seja lá isso o que for.

Bem, que adolescente abriria mão de um *happening* como esse, acantonando em escolas, sentindo-se empoderados no que lhes parece uma ação legítima de desobediência civil? Então vamos deixar para lá tais ocupações/invasões, que aqui foram usadas para ilustrar o clima dos tempos atuais, e nos ocupar com a chatíssima arte de contar feijões.

Por que a metáfora da contagem de feijões? Porque essa é a expressão pejorativa com a qual nos referimos aos contadores, essas criaturas estranhas que insistem em conferir uma ordem arit-

mética à organização da riqueza humana e que, curiosamente, não foram consultados sobre a hecatombe nuclear profetizada no projeto da PEC 241/55. Talvez porque, acostumados ao uso da razão, nela não vejam qualquer hecatombe. Está explicado também porque alunos de contabilidade não invadem/ocupam escolas públicas. Eles são chatos e não abrem mão de somar dois mais dois e encontrar quatro. Vê se pode!

A PEC 241/55 propõe congelar o valor da despesa pública em termos reais pelos próximos 20 anos, isto é, a despesa orçada para 2017 será a despesa do orçamento de 2016 mais a variação inflacionária.

A palavra “congelamento” abriu os portões do Inferno e profetas anunciam apocalipses em cada esquina. Mas, será isso verdade?

Desprezamos a Geni escolhendo horizontes utópicos que nos confortam. Pensar utopicamente é mais gostoso, tem mais charme e possibilita traduzirmos o mundo em termos poéticos ao invés da chatice material dos contadores de feijão.

O problema nessa opção é que existe uma coisa chata chamada fatos e o mundo da matéria está sempre dando nossas caras às esquinas de concreto que se nos opõem. E o fato é que nunca tivemos a felicidade, nos últimos 40 anos, de dispor de um orçamento integral, atualizado pela inflação corrente ao longo de um ano, para chamarmos de nosso. Nunca, pelo menos, nas searas da educação e da saúde pública, justamente os dois setores mais afeitos à vida real e que se afiguram como os cordeiros sacrificiais do apocalipse que se anuncia.

Vamos então perguntar à Geni o que ela pode nos dizer sobre essa PEC. Raciocinemos em bases simples, isto é, em termos de orçamento efetivamente executado vis-à-vis o orçamento programado. Por exemplo, o governo federal do período 2003-2013 foi a administração que mais destinou dinheiro para a saúde pública. É fato. Mas a Geni nos explica que “destinar” no Brasil significa tão somente inscrever os créditos no orçamento anual. Isto é, enquanto os recursos não se materializarem nas contas correntes das repartições eles serão apenas promessas pairando no ar. E de há muito o orçamento brasileiro é apenas isso, uma coletânea de promessas anunciando um porvir que teima em não chegar.

Dúvidas? Então atendem para o belo edifício do nosso Centro de Convivência na Ufam. Ele estava no orçamento desde 2001, mas somente em 2013 conseguimos concluir aquela obra que não representava nenhum grande desafio técnico. Doze anos para realizar o que qualquer empresa do nosso PIM faria em seis meses! Simplesmente porque o que estava no orçamento não estava na conta corrente da universidade.

A Geni nos informa, então, que a Administração é tocada pelos recursos efetivamente transferidos para os bancos onde tem conta. Portanto “desti-

nar” no Brasil tem o mesmo sentido que “prometer” e é muito diferente de “disponibilizar”.

Promessas e nada mais, tem sido a realidade orçamentária brasileira das últimas quatro décadas. Para ilustrar essa realidade devemos dizer que a administração federal do decênio 2003-2013 também foi a que mais contingenciou verbas para saúde pública. É fato, também, e serve para apresentarmos um palavrão que representa a essência do que realmente é o orçamento público brasileiro.

“Contingenciamento” é a chave para o verdadeiro debate que deveria estar acontecendo. Ao invés disso escolhemos a politização do debate fazendo da PEC 241/55, necessária e inofensiva, o bode expiatório de nossas mágoas contra o quadro político atual. Podemos e devemos debater sobre a honestidade e a legitimidade do governo Temer, mas não podemos deixar de acreditar que dois mais dois são quatro só porque é o Temer quem o afirma.

“Temer fora”, “Temer dentro” nada tem a ver com a expressiva e inadiável necessidade de botarmos ordem no galinheiro das contas públicas brasileiras. E podemos contribuir para isso discutindo o que realmente interessa, isto é, a progressiva extinção dos contingenciamentos para que, enfim, nosso orçamento se torne, efetivamente, aquilo que nunca foi, isto é, um orçamento-programa. Nunca foi porque não se concebe programas sem que estejam acompanhados do firme compromisso de se repassar a integralidade dos valores orçados. Se gradualmente viermos a ter um orçamento impositivo, sem contingenciamentos, vamos descobrir que a disponibilidade líquida de recursos para a administração pública poderá duplicar mesmo que se mantenham congeladas as despesas em termos reais. E isto é perfeitamente possível porque temos setores da administração pública com recursos contingenciados na ordem de 50% dos valores orçados.

Aceitemos o congelamento real das despesas porque em nada nos afeta, mas iniciemos desde já o debate que importa, qual seja, aumento da eficácia, eficiência e efetividade da execução da despesa pública, de resto baixíssimas em qualquer setor, e progressivo descontingenciamento dos valores orçados até a completa adoção de orçamentos impositivos, perfeitamente viáveis no prazo de cinco anos.

Para tal teremos que aceitar o travo amargo da razão e a dura realidade das esquinas que nos rodeiam, debatendo para valer e sem preconceitos com todos os setores da sociedade e de nossa academia.

Em outras palavras, vamos ter que aprender a amar e admirar a Geni.

**Jorge Abraham é especialista em Administração Financeira e professor do Departamento de Economia e Análise da Ufam.**

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E  
DESPESAS DE 01/09/2016 A 30/09/2016

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
<b>1</b>	<b>INGRESSOS</b>	<b>84.714,74</b>	<b>85.034,76</b>	<b>100,00%</b>
<b>1.1</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>84.714,74</b>	<b>85.034,76</b>	<b>100,00%</b>
1.1.1	Contribuição dos Associados	80.408,10	81.176,50	95,46%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	4.233,54	3.840,26	4,52%
1.1.3	Receitas com Reprografia	73,10	18,00	0,02%
<b>2</b>	<b>SAÍDAS</b>	<b>57.438,49</b>	<b>81.094,66</b>	<b>100,00%</b>
<b>2.1</b>	<b>PESSOAL</b>	<b>11.728,99</b>	<b>10.957,84</b>	<b>13,51%</b>
2.1.1	Salários	8.963,99	8.475,18	10,45%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	2.765,00	2.482,66	3,06%
<b>2.2</b>	<b>ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS</b>	<b>5.031,16</b>	<b>5.217,13</b>	<b>6,43%</b>
2.2.1	Contribuição INSS	3.945,78	4.067,70	5,02%
2.2.2	Contribuição FGTS	909,97	938,91	1,16%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	113,75	117,36	0,14%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	61,66	93,16	0,11%
<b>2.3</b>	<b>SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA</b>	<b>3.568,00</b>	<b>3.595,00</b>	<b>4,43%</b>
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	2.118,00	1.520,00	1,87%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	-	800,00	0,99%
2.3.3	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.250,00	1.175,00	1,45%
2.3.4	Serviços com Eventos/Artista	200,00	-	0,00%
2.3.5	Serviços de Confeção de Faixas/Cartazes	-	100,00	0,12%
<b>2.4</b>	<b>SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA</b>	<b>6.315,37</b>	<b>10.503,52</b>	<b>12,95%</b>
2.4.1	Serviços de Assessoria Jurídica - PJ	4.000,00	4.000,00	4,93%
2.4.2	Serviços Graficos	-	2.550,00	3,14%
2.4.3	Serviços de Confeção de Faixas	80,00	1.940,00	2,39%
2.4.4	Serviços de Manutenção de Home Page	250,37	253,52	0,31%
2.4.5	Serviços de Manutenção de Xerox/Extintores	225,00	-	0,00%
2.4.6	Serviços Contábeis	1.760,00	1.760,00	2,17%
<b>2.5</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL</b>	<b>20.584,47</b>	<b>20.565,91</b>	<b>25,36%</b>
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	16.081,62	16.117,48	19,87%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	1.286,53	1.289,40	1,59%
2.5.3	Contribuição Sindical Conlutas	3.216,32	3.159,03	3,90%
<b>2.6</b>	<b>PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS</b>	<b>6.537,37</b>	<b>24.797,10</b>	<b>30,58%</b>
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	3.658,17	15.209,06	18,75%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	1.450,00	3.750,00	4,62%
2.6.3	Despesas com Hospedagens	1.429,20	5.838,04	7,20%
<b>2.8</b>	<b>BENS DE CONSUMO</b>	<b>3.125,90</b>	<b>4.880,31</b>	<b>6,02%</b>
2.8.1	Telefone	548,35	564,77	0,70%
2.8.2	Taxi, Fretes e Onibus	-	168,66	0,21%
2.8.3	Combustível	620,00	450,00	0,55%
2.8.4	Cartuchos e Toner de Tinta	320,00	-	0,00%
2.8.5	Assinatura de Revistas/Jornais	129,90	132,57	0,16%
2.8.6	Materiais de Eletricos/Hidraulicos	389,41	139,00	0,17%
2.8.7	Materiais de Expediente/Limpeza	237,92	613,00	0,76%
2.8.8	Refeições e Lanches (Copal/Cozinha)	393,39	929,27	1,15%
2.8.9	Cartório (Copias e Autenticações)/Ata Eleição	315,20	-	0,00%
2.8.10	Despesas de Eventos	-	300,00	0,37%
2.8.11	Correios/Malotes	-	1.392,50	1,72%
2.8.12	Assinatura Provedor/Internet	171,73	190,54	0,24%
<b>2.9</b>	<b>RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS</b>	<b>436,70</b>	<b>436,70</b>	<b>0,54%</b>
2.9.1	Restituições n/mês	436,70	436,70	0,54%
<b>2.10</b>	<b>ENCARGOS FINANCEIROS</b>	<b>110,53</b>	<b>141,15</b>	<b>0,17%</b>
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	110,53	141,15	0,17%
<b>QUADRO RESUMO</b>		<b>Ago/2016</b>	<b>Set/2016</b>	
<b>SALDO ANTERIOR</b>		<b>211.819,07</b>	<b>239.095,32</b>	
RECEITAS		84.714,74	85.034,76	
DESPESAS		(57.438,49)	(81.094,66)	
<b>RESULTADO OPERACIONAL DO MÊS</b>		<b>27.276,25</b>	<b>3.940,10</b>	
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>239.095,32</b>	<b>243.035,42</b>	
Banco do Brasil S/A C/C		160.457,37	156.040,47	
Aplicação Banco do Brasil		402.666,07	406.506,33	
CAIXA		120,16	164,42	
<b>SALDO ATUAL DISPONIVEL</b>		<b>563.243,60</b>	<b>562.711,22</b>	

**Não à PEC 55  
(ex 241)!**

**Contra as  
reformas da  
Previdência e  
Trabalhista!**

**Por emprego  
e salário!**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TR

**CINEMA**

# Filmes de Cuba são destaques no Cine & Vídeo Tarumã

Foto: Divulgação

O Cine & Vídeo Tarumã realizou, na primeira semana de dezembro, uma homenagem ao ex-presidente de Cuba, Fidel Castro. Três filmes do país foram exibidos gratuitamente entre os dias 5 e 9 de dezembro. As sessões gratuitas aconteceram, no Auditório Rio Negro, localizado no Instituto de Ciências Humanas e Letras, Setor Norte do Campus da Ufam.

Dirigido por Ernesto Daranas, “Numa Escola de Havana” abriu a programação no dia 5. O filme traz a história de Chala (Armando Valdes Freire), um garoto de onze anos que vive com a mãe viciada em drogas, Sonia (Yuliet Cruz). Para sustentar a casa, ele treina cães de briga, indiretamente ajudado por um homem que pode ser ou não seu pai biológico. As dificuldades de sua vida refletem na escola, onde é aluno de Carmela (Alina Rodriguez), por quem ele tem um grande res-



**As sessões do Cine & Vídeo Tarumã são públicas e gratuitas**

peito. Mas quando ela fica doente e tem que se afastar, Chala não se adapta à nova professora, que sugere que ele seja transferido para um internato. Quando Carmela retorna, não aceita essa medida e outras imposições que aconteceram durante sua ausência. Enquanto a relação entre professora e aluno se intensifica, os dois passam a ser perseguidos

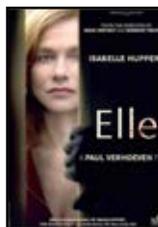
na escola, levando a um conflito que reflete o complexo sistema contemporâneo de Cuba.

Produção ficcional/documental de 1968, “Memórias do Subdesenvolvimento” foi o filme do dia 7 de dezembro. Com direção de Tomas Gutierrez Alea, o filme se passa após a Revolução Cubana e traz a história de Sergio (Sergio Corrieri). Quando os pais, os amigos e a esposa abandonam a ilha e partem para Miami, nos Estados Unidos, ele passeia pelas ruas, acompanha as mudanças e conhece a jovem Elena (Daisy Granados).

Por fim, no dia 9, o cineclube exibiu “Suíte Havana”, de Fernando Pérez. O documentário, de 2003, mostra um dia qualquer na vida de dez habitantes da cidade de Havana. No decurso de um dia e uma noite, suas vidas são mostradas e cada um deles representa a curiosa diversidade de grupos sociais que se movem na Havana de hoje.

## Vale a pena ver

**Filme:** Elle  
**Gênero:** Suspense  
**País:** França, Alemanha  
**Ano:** 2016



Logo de cara Elle, novo trabalho do mestre Paul Verhoeven, mostra que é um filme que veio para despertar discussões fortes, incômodas, distantes do conforto do cinema comercial e do senso comum cult, começando com os dois pés na porta.

Ainda em tela preta ouvimos um barulho de briga, uma mulher está sendo agredida. Um gato surge na imagem, observa a cena, retira-se como se não quisesse fazer parte daquilo. Assistimos ao final da sessão, um homem sobre uma mulher no chão da sala, louças quebradas pelo solo. Um estupro, o final de um estupro.

O homem encapuzado sai da sala. A mulher parece despertar de um torpor, levanta-se e de maneira objetiva pega uma vassoura e começa a varrer os estilhaços no chão. Não há choros, nem desespero. E o seu dia segue, não como se nada tivesse acontecido, mas como alguém que entende que não há nada que se possa fazer para reverter aquilo, e que o melhor a se fazer é continuar a sua vida.

Essa mulher, conhecemos depois, é Michèle Leblanc (Isabelle Huppert), uma bem sucedida diretora de uma empresa de games, que mantém uma postura altiva, decidida nas suas rela-

ções, desde aquela com os seus jovens empregados, passando por seu amante controlador, com a mãe que se envolve com um homem muito mais novo, com o filho e ex-marido inseguros. Após o estupro, o agressor permanece em contato com ela mandando mensagens, ameaçando-a, o que faz com que ela mantenha-se atenta a todos os homens com quem se relaciona, ao mesmo tempo que tem lidar com uma série de questões em família, trabalho e sexo.

Um fator fundamental para o nosso entendimento dessa personagem e, consequentemente, para que entendamos o motivo das suas ações e comportamento, está relacionado a um fato que aconteceu na sua infância, relacionado a um episódio com o seu pai. Michèle é uma sociopata. Isso fica bem claro quando observamos as suas relações, e notamos o que a estimula, o que desperta o seu interesse, e o que não desperta nada nela.

Elle é um filme de relações doentias, provocadoras, que nos desafiam e instigam como há tempos não se via no cinema com tanta potência. Puxando da memória, a última vez que vi um filme tão “sujo” foi Killer Joe (2015), de outro mestre “loucão”, William Friedkin.

**Diego Bauer é jornalista, ator, diretor e crítico de cinema do Cine Set. Leia o texto na íntegra no site: <http://www.cineset.com.br>.**

## Vale a pena ler

**Obra:** Olho de Vidro  
**Autor:** Marcia Tiburi  
**Editora:** Record  
**Ano:** 2011  
**Número de Páginas:** 352  
**Valor:** R\$ 54,90



Filósofa e escritora, Marcia Tiburi mais numa vez inova ao analisar, filosoficamente, a televisão. Olho de vidro traz uma discussão sobre as relações entre pensamento reflexivo e imagem, a partir da oposição entre filosofia e televisão. Dividido em três partes, Olho, Tela e Distância — cada uma abordando uma característica do fenômeno televisivo como prática estética —, e com um glossário de termos ópticos, o Opticário, o livro finaliza com uma reflexão lúdica sobre o que está intrinsecamente envolvido nos atos que caracterizam uma sociedade visual.

Em Olho de Vidro, Marcia vai além de dissecar a problematização do ser visual. Ela aborda a formação da subjetividade do telespectador em tempos de aniquilação da figura livre e reflexiva do sujeito. Mais que uma crítica do televisivo, é a reivindicação de uma política equilibrada entre lucidez e sensibilidade. Um trabalho além da teoria, em sintonia com os que estudam, fazem e assistem televisão. “A intenção de mostrar o que é o olhar biopoliticamente controlado não é apenas teórico, mas sinal de um comportamento ético da teo-

ria”, argumenta Márcia.

Neta da fotografia, filha do cinema e do rádio, a televisão é, no sistema de administração do sensível, um mecanismo poderoso e até mesmo a lógica que comanda o mundo da experiência visual definindo-a como televisual. Como olho

viscerado, a televisão faz parte da história evolutiva da visão. Antes de ser parte dos media, de ser meio de comunicação de massa, a televisão é um mecanismo de visão que nasceu no tempo da imagem técnica. Assim como as artes da visão, da pintura ao cinema foram um posicionamento autoconsciente dos recursos visuais e sua expressão, a televisão precisa ser interpretada do ponto de vista da história da visão.

As ciências da comunicação dedicam-se a entender a televisão, mas é preciso cada vez mais inseri-la no campo dos Estudos Visuais, compreendendo-a no contexto da experiência estética tendo em vista que esta conexão com a estética determina o que nela é política. Olho de vidro faz exatamente isso. Como diz Mônica Waldvogel na orelha, é um mergulho no espetáculo intermitente e ininterrupto, fragmentado, veloz e onipresente da TV. Sem rancores nem acusações. E com a autoridade de quem filosofa e também conhece o fascínio da televisão por dentro e por fora.

**Texto de apresentação do livro.**

## COLUNA FALA JURÍDICO



### CORTE DO PONTO DOS SERVIDORES EM GREVE

Viu-se que no dia 27 de outubro de 2016, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o Recurso Extraordinário (RE) 693456, com repercussão geral reconhecida, que discutia a constitucionalidade do desconto dos dias parados em razão de greve do servidor. Ao final do julgamento, o Tribunal fixou tese nos seguintes termos: “A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público”.

Com a decisão, a regra passa a ser o corte imediato da remuneração do servidor que aderir ao movimento, assim como na iniciativa privada, em que a greve implica suspensão do contrato de trabalho. Considerando a repercussão geral, o julgamento do STF incidirá sobre todos os processos judiciais acerca do tema, o que impediria que outros tribunais decidissem de forma divergente da conclusão acima apontada.

Fato é que a adesão do servidor público a movimento grevista não poderia representar opção econômica de renúncia ao seu pagamento, porque a greve é seu principal instrumento de reivindicação frente ao Estado. Por ser um fator essencial na relação jurídica instalada a partir da deflagração do movimento paredista, a suspensão do pagamento não poderia ser decidida unilateralmente.

Na verdade, o direito de greve se consubstancia num direito primordial para o Estado Democrático de Direito, pois se revela como um mecanismo de defesa contra a exploração abusiva do trabalho.

Permitir condicionantes ao exercício de um direito constitucionalmente garantido ultrapassa a razoabilidade e enfraquece ainda mais o servidor, que por natureza é a parte hipossuficiente em relação ao Estado.

Ainda que não haja possibilidade de reforma do mérito do julgado, conforme descontentamento exposto acima, ainda sim o STF abre a possibilidade de interpretação favorável ao servidor, quando na parte final da tese, preconiza: “(...) O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público”. De igual forma, conforme já exposto, o STF admitiu a possibilidade de compensação dos dias parados mediante acordo.

E é nessa perspectiva que se deve olhar o movimento paredista atual. Uma greve não ocorre por livre e espontânea vontade dos trabalhadores, se caso não haja alguma atitude ilícita do seu empregador. Toda greve é motivada na luta por direitos. A greve, na verdade, ocorre a partir do momento em que o Estado deixa de cumprir a sua obrigação. É um fenômeno que existe em decorrência das forças invisíveis de coerção social.

Cumprido esclarecer ainda que o acórdão do julgamento ainda não foi publicado, sendo certo que quando o for, haverá a interposição de recurso de embargos de declaração pelos interessados, a fim de sanar contradições, omissões e obscuridades do decisório.

Mesmo assim, é possível opinar acerca dos

reflexos desencadeados principalmente em virtude do delicado momento político em que atravessa o país.

Inicialmente, extrai-se da decisão do STF que é permitida a compensação em caso de acordo. Noutras palavras, nada impede a tentativa, preferencialmente no início do movimento, que seja estipulada a não incidência do desconto e a forma de reposição dos dias paralisados. Uma vez deflagrada a greve, a tentativa de negociação na via administrativa é comportamento essencial, já que objetiva garantir o pagamento dos dias parados até que venha a ser firmado o acordo no final do movimento paredista, quando então será discutida a reposição do trabalho ou o desconto dos dias parados.

Outro ponto importante é a ressalva efetuada pela própria Corte Suprema, no que tange ao descabimento do desconto em caso de restar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do poder público. Destaca-se, nesse sentido, que as alegações de não concessão de revisão geral e anual e de descumprimento dos acordos firmados referentes a reajustes são possibilidades a serem invocadas como condutas ilícitas da Administração na tentativa de evitar os descontos.

Destaca-se ainda que, não havendo acordo e, a administração entendendo pelo desconto, esta fica proibida de avançar diretamente sobre a remuneração de seus servidores. Este entendimento é extraído do art. 46 da Lei n. 8.112/90, que trata da reposição ao erário. Somente se admite que os descontos sejam efetuados de forma parcelada, não superior a 10% da remuneração do agente público, dependendo ainda, da prévia concordância do servidor. Na hipótese de inexistência de anuência, o Poder Público deverá promover pela via judicial a execução do valor que entender ser o devido.

Tal perspectiva tem fundamento na recente decisão de 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que em síntese afirma que “Não é razoável descontar salário de servidor em greve em uma única parcela”.

Conclui-se, desta forma, que as atitudes notadas em certas Administrações em utilizar a decisão do STF ainda não transitada em julgado, logo no início das paralisações, para suprimir a totalidade da remuneração do servidor é mero pretexto para tentar validar a prática autoritária consistente em sufocar os movimentos, por impossibilidade de o servidor arcar com a supressão de sua remuneração, o que, além de violar o art. 46 da Lei 8.112/90, acima citado, afronta diretamente o art. 5º da LIV da Constituição Federal, que dispõe que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

A implementação do corte remuneratório do servidor necessita indispensavelmente da observância dos dispositivos e princípios constitucionais, sob pena de restar caracterizado a arbitrariedade, conduta esta inadmissível na atual ordem constitucional.

No entanto, o agir com cautela é a preocupação indispensável para o melhor deslinde dos movimentos, devendo os líderes, reitera-se, buscar a negociação efetiva com a Administração, sendo certo que, uma vez iniciada a greve, a tentativa de negociação administrativa é comportamento essencial, já que objetiva, em atenção à própria decisão do STF, garantir o pagamento dos dias parados e a melhor composição para ambas as partes.

## Comentários



**Fabio Maximo Só** espero que não entendam isso como se todos estivéssemos a favor das políticas que desejam implementar com a PEC55. (Sobre a decisão dos docentes da Ufam de não deflagrar greve).



**Diego Soares** Hoje teve uma fala pavorosa na hora das análises de conjuntura:  
- “Eu dou aula com uma péssima estrutura, não tem reagente, nem tubos de ensaio, falta

isso, falta aquilo mas eu ainda assim quero continuar dando aula porque consigo mesmo com tudo isso uma ótima aula”. Só vi nessa fala uma ode a mediocridade e de aceitação a tudo que sempre nos colocam de cima pra baixo. E há quem aplauda isso. (Sobre uma fala proferida por uma docente contrária a greve durante a AG que deliberou pela não aprovação da greve).



**Lucas Milhomens**  
**Guarani Kaiowá** Da Ilha também se diz: NÃO À PEC 241/55. (Sobre o protesto contra a PEC 55/2016 realizado em Parintins no dia 11 de novembro, Dia Nacional de Luta e Paralisação).



**Jonas Araújo** Ontem, após o ato, teve debate na ADUA! #AlutaContinua (Sobre o debate realizado na ADUA, no dia 11 de novembro, após o grande ato público no

Centro de Manaus contra os ataques do governo e do Congresso).



**Milena Barroso** Conjuguar o verbo lutar é preciso! (Sobre o Dia Nacional de Paralisação em Manaus que reuniu mais de duas mil pessoas no centro da capital)



**Luiz Fernando Souza Santos** Pessoas do Amazonas, a ADUA fez este abaixo-assinado que será enviado aos Senadores do nosso Estado convocando-os a se posicionarem

contrários à PEC 55. Vamos dar força a essa iniciativa da Véia de Guerra. (Sobre a Petição Pública criada pela ADUA em novembro para pressionar os senadores do Amazonas a dizerem não a PEC 55/2016).